



Tipos de Colonização Agrária Dirigida nas Florestas Brasileiras: Exemplos históricos

Gerd Kohlhepp ¹

RESUMO:

A colonização agrária privada ou estatal dirigida foi iniciada, há cerca de 200 anos atrás, com a imigração do centro e do sul da Europa para o sul do Brasil. Como os campos eram propriedade dos latifundiários que praticavam pecuária extensiva, foram utilizadas as florestas para o assentamento dos pequenos agricultores. São apresentados três tipos de colonização agrária, as iniciativas da colonização estatal ou privada dirigida com imigrantes europeus em pequenas propriedades no sul do Brasil do século XIX, a colonização de uma companhia inglesa privada influenciada pelo auge do café com pequenas e médias propriedades no norte do Paraná a partir de 1930 e as tentativas estatais da colonização agrária no âmbito dos grandes projetos na região Amazônica dos anos de 1970. Com exceção do desenvolvimento bem organizado nas terras da CTNP no norte do Paraná, os projetos de colonização mostram muitas vezes promessas exageradas, planejamentos irrealistas e implementações insuficientes para prejuízo dos colonos. A consolidação dos projetos de agricultura familiar com produção de gêneros alimentícios básicos a ser realizada com apoio estatal é de grande significância para a agricultura dos pequenos colonos em prol do Brasil.

Palavras chave: Colonização Agrária; Agricultura familiar; Mobilidade espacial e social; Sul do Brasil; Norte do Paraná; Amazônia.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Heidelberg, Alemanha. Livre-Docência (Habilitation) na Universidade de Heidelberg. Professor Emérito da Cátedra de Geografia Econômica e Social, Centro de Pesquisas sobre a América Latina, Instituto de Geografia da Universidade de Tübingen, Alemanha. gerd.kohlhepp@t-online.de

Como os campos do Brasil tinham sido apossados por latifundiários desde os tempos da colonização, as imensas florestas tropicais e sub-tropicais tornaram-se a nova região alvo da agricultura dos pequenos colonos. Há cerca de 200 anos foi iniciada a colonização agrária com a exploração das matas no sul do Brasil pelos imigrantes oriundos do centro e do sul da Europa. Durante muito tempo o plantio de plantas alimentícias nas florestas e a criação de gado nos campos eram tratados como regra no Brasil. Waibel (1949) foi um dos primeiros cientistas a chamar a atenção para a contradição destas possibilidades de uso.

A seguir serão apresentados diversos tipos de colonizações dirigidas, estatais ou privadas, em três perfis históricos:

- a) A colonização isolada de pequenos agricultores vindos da Europa no Rio Grande do Sul e Santa Catarina no século XIX.
- b) A colonização privada da Cia. de Terras Norte do Paraná (CTNP) com a plantação do café, produto de orientação para o mercado mundial, em pequenas e médias propriedades, entre 1930 e 1970.
- c) Os grandes projetos de colonização agrária dirigidos pelo Governo Federal na Amazônia nos anos 70 e 80 como parte de uma nova estratégia para o desenvolvimento e a integração regional.

COLONIZAÇÃO AGRÁRIA DOS IMIGRANTES EUROPEUS NO SUL DO BRASIL NO SÉC. XIX

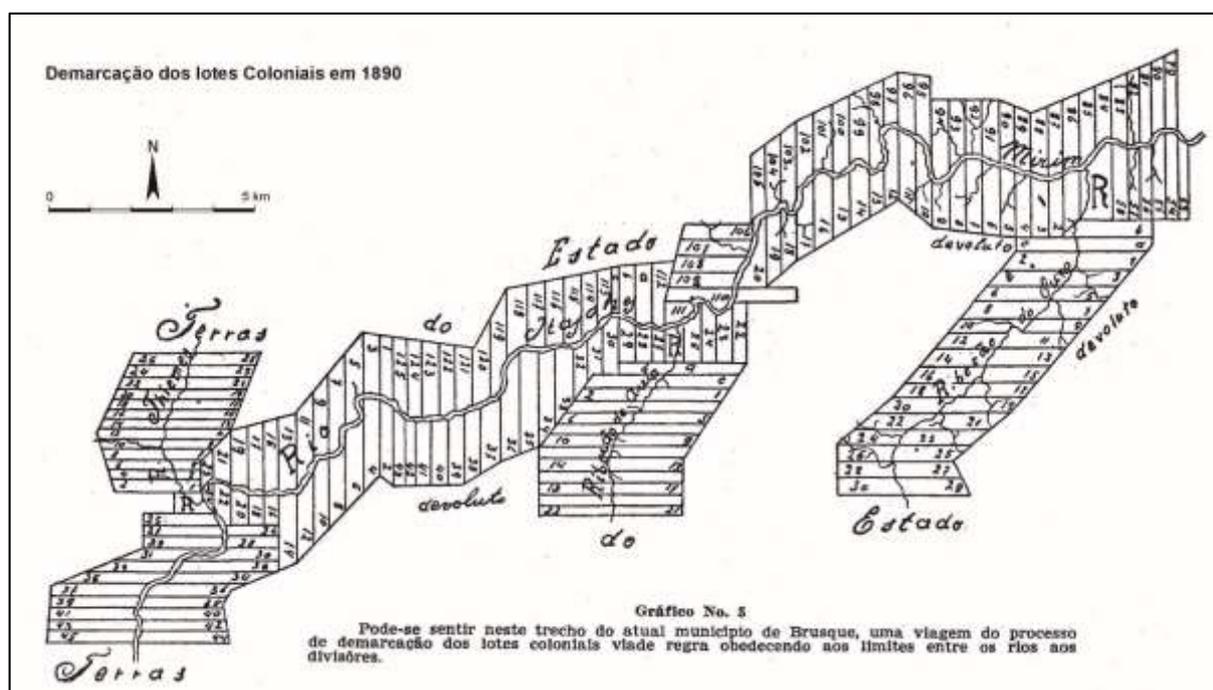
A colonização no sul do Brasil começou de forma sistemática com a imigração alemã a partir dos anos de 1820. Para garantir as terras ao sul do Império brasileiro, estas regiões deveriam ser povoadas. Ao contrário à maioria das colonizações espontâneas nos Estados Unidos, a colonização no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná era planejada. A organização e o financiamento eram realizados por instituições estatais (Governo Imperial e Federal, Províncias, Estados Federais, Municípios) como também por companhias particulares de colonização, nacionais e internacionais e por latifundiários (Neiva 1947).

Objetivo da imigração da Europa Central e Sul foi a formação de classe média de pequenos colonos entre latifundiários, que trabalhavam com escravos até 1888 e trabalhadores na agricultura sem terra própria. Os problemas da colonização agrária nas matas sulbrasileiras foram – em muitos casos – o desconhecimento, a despreocupação e a ambição econômica dos responsáveis pela colonização, tanto estatal como privada.

Para uma divisão espacial clara das propriedades e assentamentos dos colonos, foram contratados agrimensores experientes para fixar o fundamento da colonização em condições desfavoráveis de relevo e em regiões distantes das cidades. Os lotes são estreitos ao longo de uma picada ou de um rio, se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, até o divisor das águas. Este sistema correspondia às formas dos lotes (“*Waldhufen*”) da colonização nas montanhas do leste alemão no final da idade média.

O exemplo da demarcação dos lotes no Município de Brusque (antiga Colônia da Província em 1860) em Santa Catarina no ano de 1890 (vide Figura 01) mostra a distribuição típica dos lotes para os quais cada colono recebia um título de propriedade. A atribuição de cada propriedade – dos dois lados do rio – até o divisor das águas garantia parcela igual no fundo do vale e na encosta e com isso as mesmas condições de solo e de possibilidades de uso.

Figura 01. Demarcação dos lotes no Município de Brusque (Santa Catarina) em 1890



Fonte: Álbum 1960 p.353.

O tamanho médio dos lotes era de 20 a 30 ha. Waibel ocupou-se das condições do tamanho das propriedades na agricultura dos pequenos colonos e do sistema agrícola. Primeiramente o tamanho da propriedade tinha que satisfazer o critério “mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente” (Waibel 1949 p.195). Paralelamente ao tamanho da família, era de importância a qualidade do solo, as condições morfológicas e o sistema agrícola na questão quanto ao tamanho da propriedade.

Na primeira fase da colonização das florestas tropicais e sub-tropicais do sul do Brasil foi utilizado o sistema agrícola mais simples – o “sistema da roça”, com queimadas da área florestal, a plantação de alguns gêneros alimentícios básicos como milho, feijão, mandioca. Seguiu então mais uma queimada na propriedade enquanto que as áreas desmatadas ficavam em descanso durante alguns anos até que a vegetação secundária, então desenvolvida, era novamente desmatada e o solo podia ser novamente plantado.

A duração da fase em descanso dependia da qualidade do solo e do tamanho da propriedade. Caso não bastasse, a fase em descanso poderia ser mais curta, o que levava ao desgaste dos solos. Waibel (1949 p.182) chamava este sistema agrícola de “sistema da primitiva rotação das terras”. Restos da floresta eram encontrados somente no divisor das águas. Nas famílias grandes este sistema levava à pobreza e, devido à partilha, à migração de membros da família para novas frentes pioneiras no Estado (Roche 1959) ou mais tarde para estados vizinhos ou mesmo para cidades dos arredores que se desenvolveram rapidamente. Frequentemente restavam lotes de tamanhos pouco rentáveis. Muitas vezes, as famílias que permaneciam nos lotes não conseguiam se livrar do sistema de rotação das terras, pela péssima qualidade da terra e aparecimento de erosões pelo declive do terreno. Nesse sistema agrícola primitivo o tamanho da propriedade deveria ser de 40 a 100 hectares, conforme a qualidade do solo.

Para os sistemas agrícolas avançados como “rotação das culturas com criação de gado” (Waibel 1949) com lavouras aradas e adubadas eram necessárias áreas nos vales, mas também conhecimentos técnicos mais abrangentes dos colonos, aplicação de capital e ligação com o mercado para venda e para o processamento dos produtos agrícolas.

O tipo de povoamento dependia da largura dos lotes que tinham cerca de 120 a 150 metros. Como o colono vivia e trabalhava no seu lote, era um povoamento disperso ao longo de picadas e mais tarde caminhos e estradas que serviam de linhas de comunicação. A desvantagem era o isolamento dos colonos e a falta de contatos sociais e culturais nos tempos dos pioneiros (Willems 1946).

Os povoados aglomerados surgiam ao longo de muitos quilômetros de linhas com centenas de lotes com distâncias de 10 km em cruzamentos das estradas ou ao redor de uma venda. Eram locais centrais com funções comerciais, sociais, religiosas e culturais. Alguns desses locais eram a célula das cidades pioneiras que mais tarde se tornaram centros importantes para venda dos produtos agrícolas e para o desenvolvimento artesanal e industrial. No sul do Brasil não somente a colonização agrária, mas a combinação da região rural e de cidades dinâmicas de pequeno e médio porte com forte

industrialização (Kohlhepp 1968) foram o modelo de êxito para um bem sucedido desenvolvimento regional.

COLONIZAÇÃO AGRÁRIA DIRIGIDA PRIVADA DA CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ NOS ANOS DE 1930 ATÉ 1970

No norte do Paraná, as formas de colonização dirigida privada e da colonização estatal apresentaram grandes diferenças em sua concepção, plano de desenvolvimento e na realização de assentamentos individuais.

A contribuição mais significativa foi feita por uma companhia colonizadora inglesa de iniciativa privada. A Cia. de Terras Norte do Paraná (CTNP), fundada em 1925 tinha como projeto original grandes plantações de algodão. Como isto não podia ser realizado por motivos climáticos, foi instalado um grande projeto de colonização agrária com base em pequenas e médias propriedades. A tarefa da CTNP foi organizar a compra de terras, conduzir a exploração da terra e recrutar colonos. No final dos anos de 1920 a Cia. havia adquirido uma área de 12.500 km² de terras florestais (Monbeig 1945).

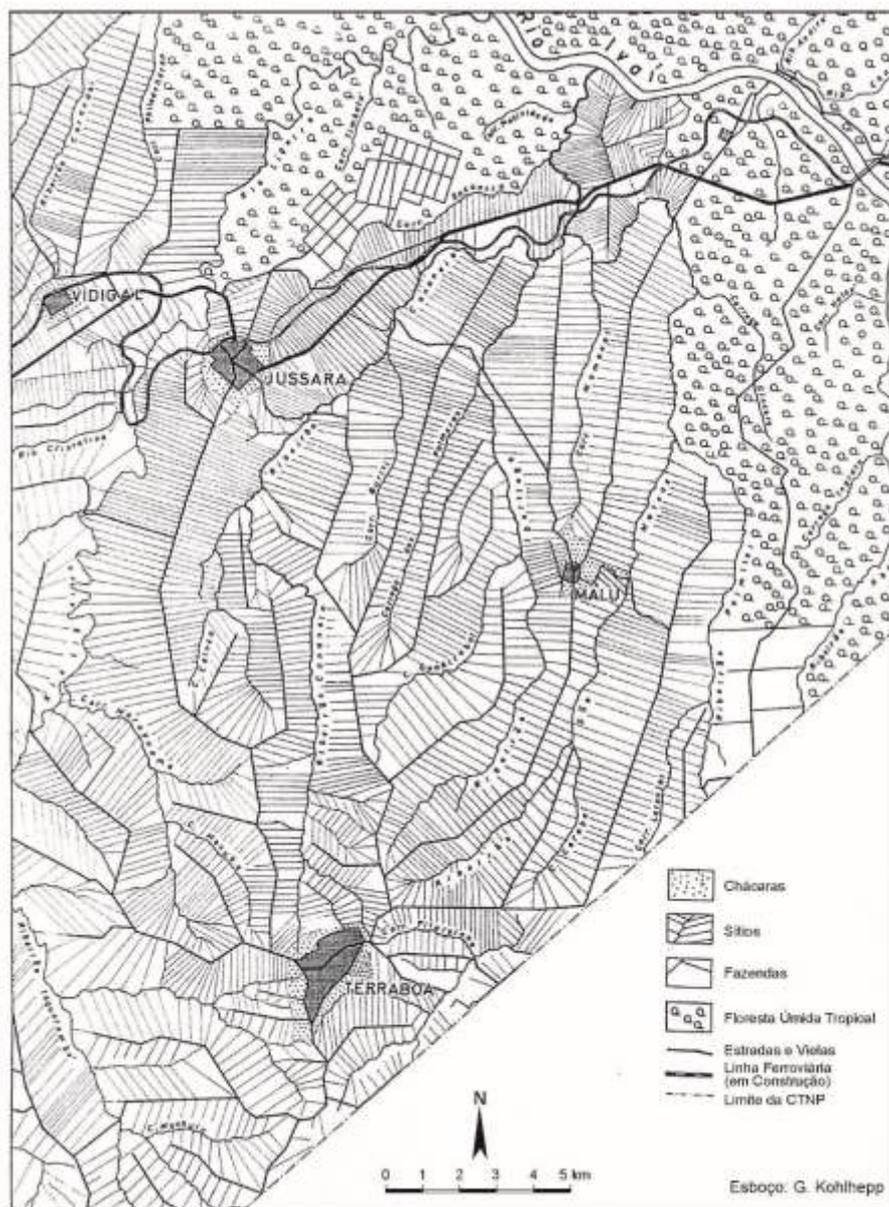
Ao contrário da maioria das companhias colonizadoras privadas no Brasil, os preparativos para esse projeto foram conduzidos com os maiores cuidados. As vendas das terras foram iniciadas em 1930, quando, devido à crise do café, o plantio do café ainda não era o objetivo. A CTNP auferiu seu maior mérito por meio de sua sólida política de aquisição e venda de terras (Kohlhepp 2014/1975).

Na aquisição de terras pela CTNP, a regulamentação da questão de propriedade e a segurança do título de propriedade foi de decisiva importância, o que em outros projetos muitas vezes fora negligenciado. Todas as pretensões de direitos de propriedade, também dos grileiros e intrusos foram compradas (Machado & Balhana 1963). Algumas glebas e lotes também foram comprados de diversas pessoas que se davam como proprietários de terras. Assim todos os direitos de propriedade foram passados para a companhia de colonização antes da valorização das terras pelo plantio do café, tendo sido com isso evitada a especulação de terras como era praxe no Paraná.

O projeto foi impecavelmente preparado e as terras vendidas a preços módicos e com condições favoráveis de pagamento a prazo a mais de 50.000 interessados em propriedades pequenas e de médio tamanho (em média 22,5 ha; nos primeiros 10 anos: 40 ha). Até 1941, metade dos compradores de terras da CTNP eram brasileiros e ítalo-brasileiros de São Paulo (Bernardes 1952). O segundo maior grupo era formado por italianos, seguido pelos japoneses, alemães, espanhóis e portugueses, em grande parte oriundos da migração interna brasileira. Em 1944 a CTNP inglesa foi

vendida a um grupo empresarial brasileiro e em 1951 denominada Cia. Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), mantendo as rígidas regras dos antigos proprietários durante a colonização.

Figura 02. Lotes em linhas latitudinais na área de colonização particular controlada da CTNP. Gleba Cianorte 1970



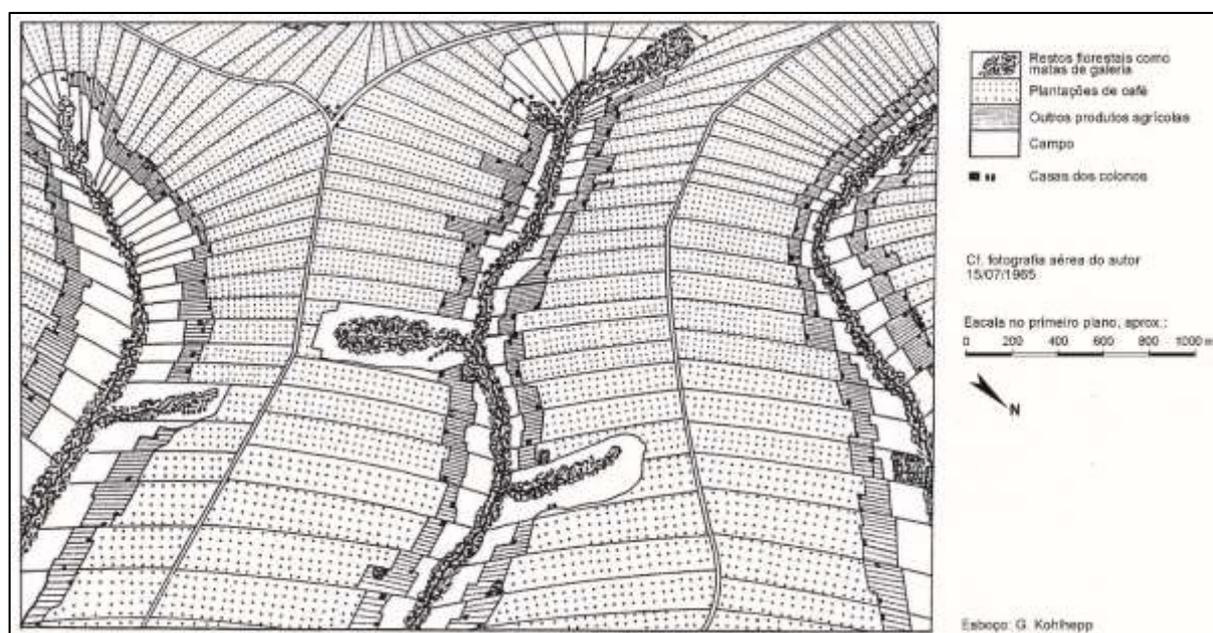
Fonte: Kohlhepp 2014/1975 mapa 10a.

Quando, depois da segunda guerra mundial surgiu o novo auge do café que levou à expansão das frentes pioneiras no Norte do Paraná (Bernardes C. 1953, Waibel 1955), os proprietários de terras iniciaram rapidamente o plantio do café em grande escala. Isto provocou uma enorme destruição das florestas com o perigo da erosão dos solos (Maack 1968), apesar da orientação de se manter pelo menos 50% das propriedades como reserva florestal. No norte do Paraná desenvolveu-se, à oeste do

Rio Tibagi na região do CMNP, uma classe média rural até então desconhecida no plantio do café que antes era dominado pelas grandes fazendas.

Base do levantamento topográfico das terras, que se orientava no relevo, era a intenção de garantir a todos os compradores de terras tanto o acesso aos caminhos para transporte que transcorriam em cima do divisor das águas como também o acesso às águas (vide Figuras 02 e 03). Os lotes em largas faixas (150-300 m) e de até 50 ha permitiam a todos os proprietários parcelas iguais junto às unidades naturais. Isto valia tanto para os solos como para o microclima, pois nos meses de inverno, isto é, junho, julho e agosto há concentração de ar frio e com isso perigo de geadas nos vales.

Figura 03. Estrutura espacial agrária na região cafeeira no Norte do Paraná (Jussara) no ano de 1965

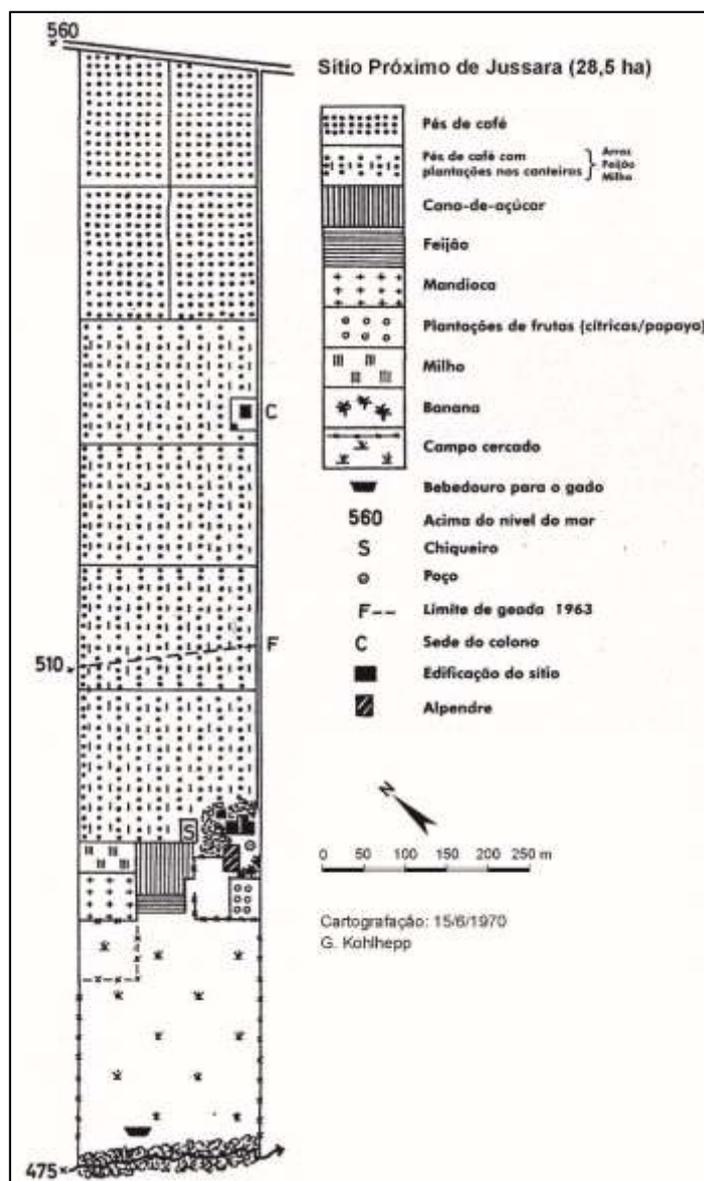


Fonte: Kohlhepp 2014/1975 mapa 52.

Havia dois motivos para a localização das construções de moradias nos sítios ao pé das inclinações dos terrenos e no limite mais baixo do plantio do café:

- O divisor das águas e a encosta de cima e média, que ficavam livres de geadas, serviam exclusivamente ao plantio do *cash crop* café, com ligação à rede de transportes.
- O fornecimento de água para as casas era necessário nas proximidades do curso das águas.

Assim mostrou-se uma pequena diferenciação do espaço econômico que era influenciada pela situação da altitude e do microclima. Abaixo do plantio do café havia uma área para plantio de gêneros alimentícios e frutas. No vale encontravam-se os pastos e a mata de galeria (Figuras 03 e 04) ao longo do curso das águas.

Figura 04. Uso do solo: próximo a Jussara (1970)

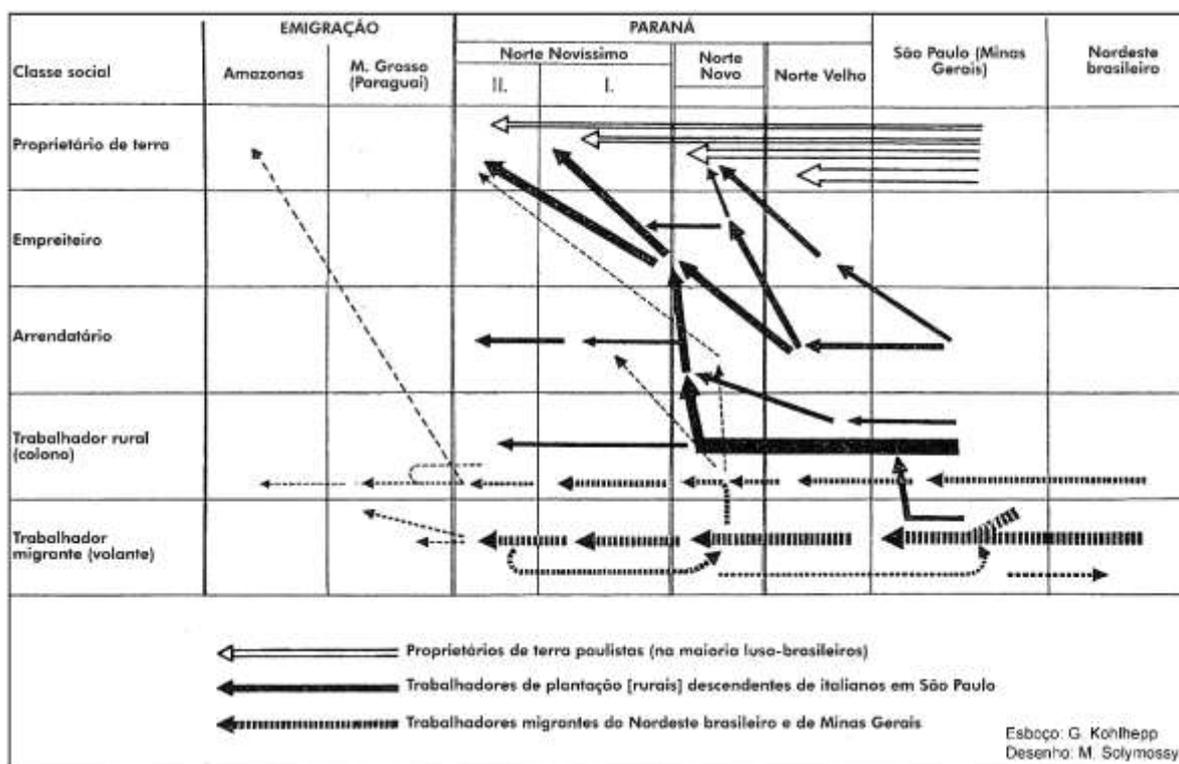
Fonte: Kohlhepp 2014/1975

Um pequeno centro foi planejado a cada 15 km como ponto central da gleba (Figura 02: Jussara e Terra Boa), tornando-se mais tarde um município. Na área rural das glebas surgiram os chamados patrimônios, localidades centrais muito simples para abastecimento da população (exemplo na Figura 02: Malú, Vidigal). Esta rede de povoamentos estava localizada ao longo do eixo principal oeste-leste da ferrovia e da via principal. A distância entre os centros urbanos de Londrina (fundado 1929/30), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955) era cerca de 100 km.

A figura 05 mostra além da mobilidade espacial uma mobilidade social sobretudo nos arrendatários e – muito mais raramente – nos trabalhadores rurais. Nestes grupos trata-se de trabalhadores descendentes de italianos que, na segunda fase do século XIX, foram sucessores dos

escravos nas fazendas do café de São Paulo. Seus filhos e netos mostraram mobilidade social surpreendente, paralela à mobilidade espacial – passando pelas zonas pioneiras do Oeste Paulista e do Norte Velho do Paraná desde 1930 (Monbeig 1952), sobretudo a partir dos anos 1950 em todo o Norte do Paraná (antigamente chamado Norte Novo e Norte Novíssimo). “Passando pelas fases intermediárias de arrendatário ou empreiteiro, ascenderam a uma nova classe ativa de proprietários mais autônomos” (Kohlhepp 2014/1975 p.103).

Figura 05. Modalidade social e espacial específica segundo grupos e classes no cultivo do café no norte do Paraná



Fonte: Kohlhepp 2014/1975

No plantio do café, os empreiteiros são pequenos empresários especializados que plantavam o café para os proprietários de terras podendo reter as primeiras colheitas (até três). Nas zonas pioneiras depois de 1950 estes pequenos empresários puderam adquirir lotes com o lucro da venda do café e foram responsáveis, em grande parte, pela colonização de novas áreas de café. Na colonização no leste do Paraguai este grupo foi muito ativo. Mesmo depois de muitas tentativas naquela região paraguaia o plantio do café não foi possível sendo que, logo depois, dominou o plantio da soja.

Em contrapartida, a classe de trabalhadores migrantes (“volantes”) mostra quase exclusivamente uma mobilidade predominantemente espacial (vide Figura 05). São migrantes oriundos do Nordeste e de Minas Gerais que, depois da colheita, retornavam ao seu lugar de origem. Os

trabalhadores rurais, empregados com contrato, também mostraram pouca mobilidade social, tentavam, no entanto, adquirir pequenos sítios (Petroni 1957).

A maioria dos antigos e novos proprietários de terras da fase do plantio do café na CMNP permaneciam em seus sítios mesmo depois das geadas nos anos de 1970 e do fim do plantio do café. A mudança para culturas anuais (milho, soja) foi bem sucedida devido a boa terra roxa sendo trabalhada pelos antigos plantadores do café ou pelos arrendatários. Nas áreas fora do CMNP, no noroeste do Estado, houve forte reestruturação agrícola com o objetivo da criação de gado, sobretudo nas terras arenosas de cauiá, pouco férteis. Com isso deu-se abrangente migração dos antigos proprietários de terras e de sua mão de obra, em parte para o leste do Paraguai mas também para Rondônia e norte de Mato Grosso. A perda de empregos no antigo plantio do café levou à problemas sociais (Kohlhepp 2014/1975).

O grande êxito da colonização no plantio do café em pequenas e médias propriedades levou à formação de capital dos proprietários de terras. As boas condições dos solos proporcionavam bons resultados nas novas culturas anuais e também a chance de bons preços na venda de terras ou no arrendamento.

A colonização agrária da CMNP com base no plantio do café é um exemplo de colonização bem sucedida (Dozier 1956). No caso econômico especial do café, um produto com grande demanda no mercado mundial e cultura permanente, observou-se a mobilidade espacial durante o avanço da dinâmica frente pioneira como também a mobilidade social de uma pequena parte da população rural. Um caso único para o Brasil.

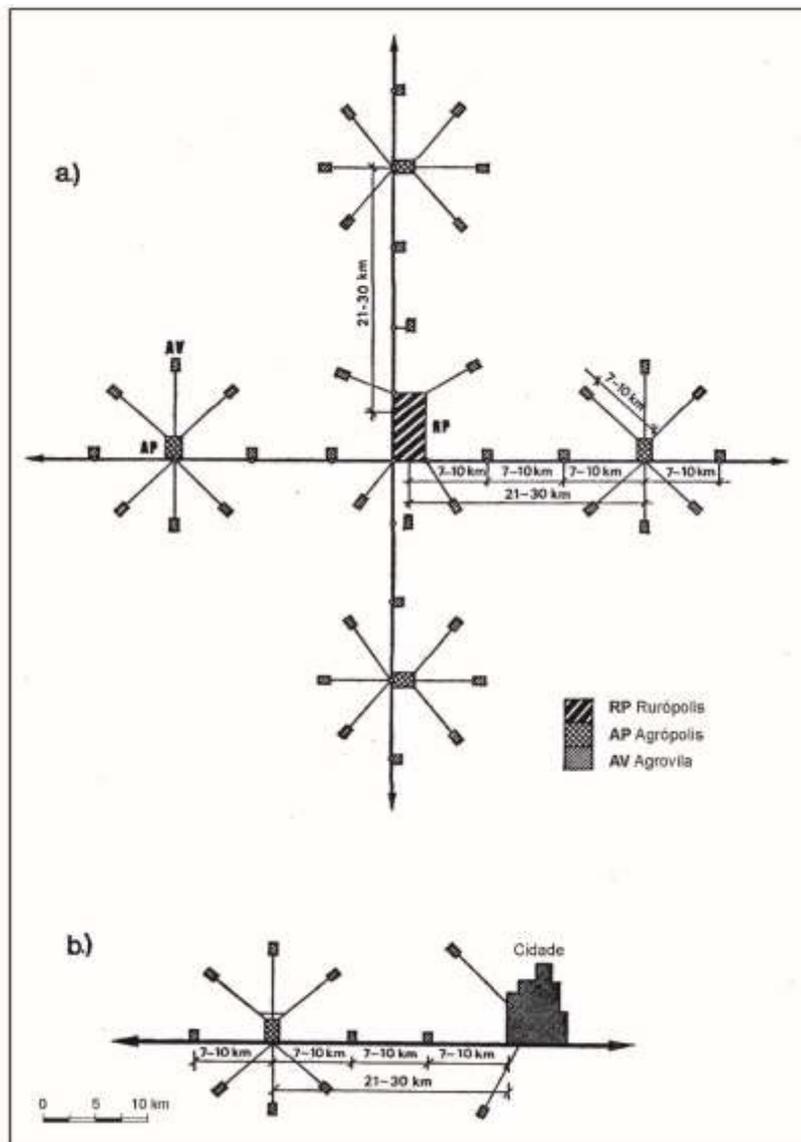
GRANDES PROJETOS DA COLONIZAÇÃO AGRÁRIA DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA

Ao contrário aos projetos de longo prazo de assentamentos e colonização agrária com imigrantes europeus no sul do Brasil no século XIX e ao bem preparado projeto de colonização da CNTP/CMNP a partir de 1930 no norte do Paraná, a colonização dirigida em partes da Amazônia no início dos anos de 1970 foi uma medida à curto prazo no âmbito da “Operação Amazônia” do governo militar em 1966 (Acsehrad et al 1974).

Com base nas crescentes tensões e distúrbios na zona rural no Nordeste com o temido renascimento das ligas camponesas, o governo passou a sofrer pressão. A colonização na Amazônia deveria desviar a atenção da reforma agrária, exigida há muito pela população através de distribuição de terras entre os sem terra. Nisso foi propagada a fórmula “colonização como instrumento da reforma

agrária” (IBRA 1967), sem considerar o fato que reforma agrária deveria ser um corretivo das deformações da estrutura agrária no espaço econômico (Kohlhepp 1979).de até então.

Figura 06. Modelo do planejamento da povoação na Transamônica



O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) elaborou um programa de colonização com objetivo propagandista, no qual foi anunciado o assentamento de 1 milhão de famílias em 10 anos. Neste “Programa de Integração Nacional” estava prevista a construção de grandes estradas entre outras, a Transamazônica. Ao longo desses eixos de desenvolvimento deveria ser realizada a colonização de pequenos colonos, primeiramente em corredores de 10 km de largura dos dois lados da estrada. Sob consideráveis reduções nos planos anteriores foi decidido, em 1970, o assentamento de 100.000 famílias até 1975. Foi escolhida uma região com 64.000 km² devido as melhores condições de

solo – melhor do que a habitual na região amazônica. Nesta região a oeste de Altamira surgiu o projeto modelo Altamira I (INCRA 1972).

Como tamanho das propriedades foi fixado para os colonos 100 ha por família. 75% dos colonos eram do Nordeste e 25% do sul do Brasil. As medidas dos lotes eram de 400 m de largura e 2,5 km de fundo e eram dispostos em fila dos dois lados da estrada. Ao longo de estradas vicinais, os lotes eram de 500 x 2000 m (vide Figura 07). Segundo prescrições legais, o uso agrícola pode ser somente de 50% da propriedade. O resto deveria ser mantido como reserva florestal por motivos ecológicos (Pandolfo 1974).

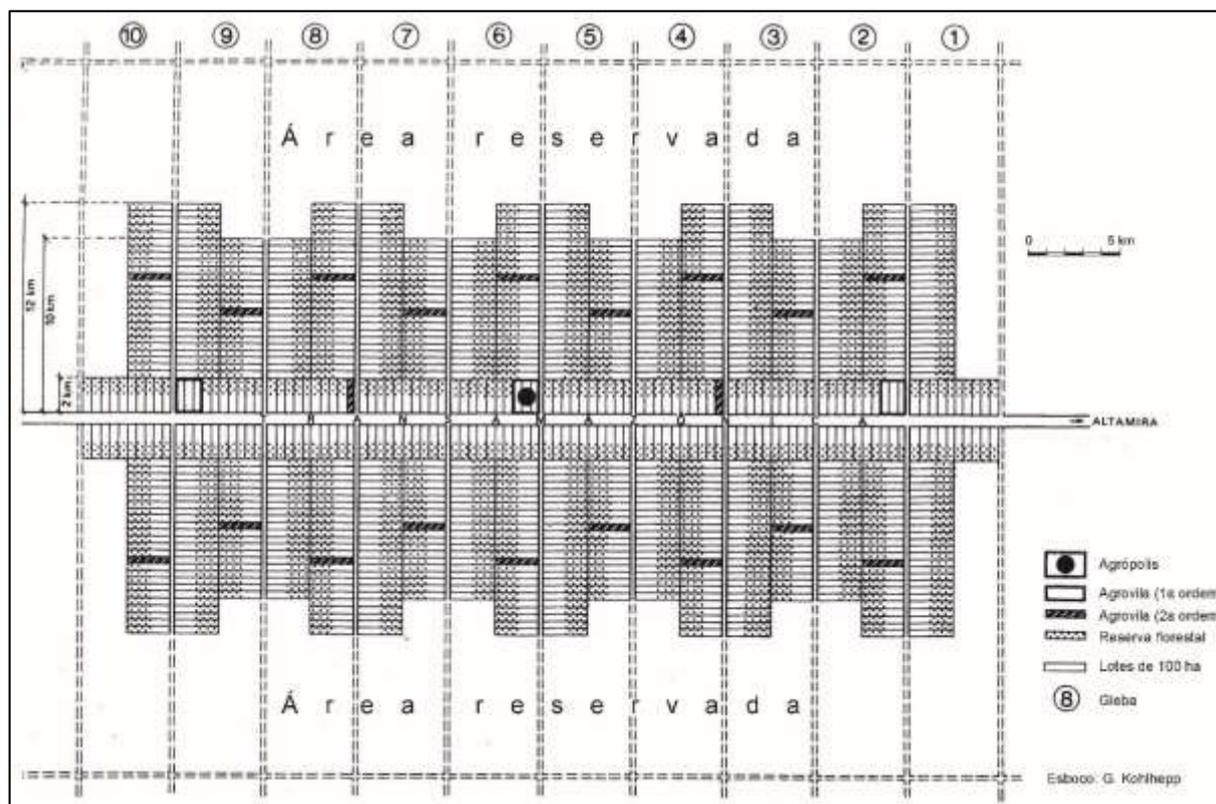
Como forma de assentamento foi planejado um sistema de povoamento aglomerado numa hierarquia de três categorias (Camargo 1973) (vide Figuras 06 e 07). De certa forma este sistema corresponde basicamente ao sistema das localidades centrais no sul da Alemanha, segundo a teoria de Walter Christaller (Kohlhepp 1976):

- a) *Agrovila* como ponto central para a população de colonos, com funções centrais muito simples nas áreas sócio-culturais e econômicas.
- b) *Agrópolis* como localidade central de nível médio, equipado para abastecimento e prestação de serviços numa esfera de influência até 10 km.
- c) *Rurópolis* como localidade central de nível mais alto, um centro regional com esfera de influência até 70 km.

Os colonos de uma gleba deveriam morar na agrovila. No entanto, a localização de algumas agrovilas mostrou-se desfavorável não somente sob o ponto de vista topográfico, mas, sobretudo nas estradas secundárias pela grande distância entre a agrovila e os lotes. A causa está no fato de que algumas agrovilas não foram construídas ou mesmo abandonadas. Como os colonos não possuíam carroças nem animais de carga, a distância entre moradia e lote não permitia ida e volta todos os dias.

Este fato levou alguns membros de famílias, em parte toda a família, a morar em casebres nos lotes retornando à agrovila somente nos fins-de-semana. Muitos benefícios da infraestrutura antes planejados não foram instalados, de modo que não havia mais necessidade de os colonos morarem nas agrovilas. Com isso o sistema de locais centrais, planejado com otimismo exagerado, sucumbiu restando somente os locais modelos. Alguns anos mais tarde, principalmente Rurópolis encontrava-se em estado desolado.

Figura 07. Projeto integrado de colonização Altamira I



Fonte: INCRA 1972, Kohlhepp 1976.

O número de famílias que viviam nos projetos de colonização na Transamazônica era de somente 7% do volume planejado. Os motivos da rápida emigração de colonos eram (Kohlhepp 1976):

- Falta de conhecimentos sobre agricultura numa região tropical equatorial
- Desvantagens do levantamento esquemático: em parte falta de acesso à água
- Sementes de má qualidade, falta de aconselhamento
- Falta de possibilidades de venda dos produtos agrícolas
- Acesso deficiente a transporte nas vias secundárias e a impossibilidade de uso dessas estradas na época das chuvas
- Problemas físicos e psíquicos de aclimatização das famílias oriundas de regiões semi-áridas e subtropicais

O exemplo do sistema agrovila-agrópolis-rurópolis, de boa concepção teórica mostra que a consolidação da situação agrária de uma região de colonização é a condição fundamental do desenvolvimento regional integrado (Fearnside 1984).

Desde 1974 havia uma mudança das prioridades da política agrária na Amazônia Central e, devido a problemas financeiros do Estado houve uma mudança das atividades para o setor privado na forma de grandes projetos com benefícios fiscais, sobretudo a criação de gado (Kohlhepp 1979).

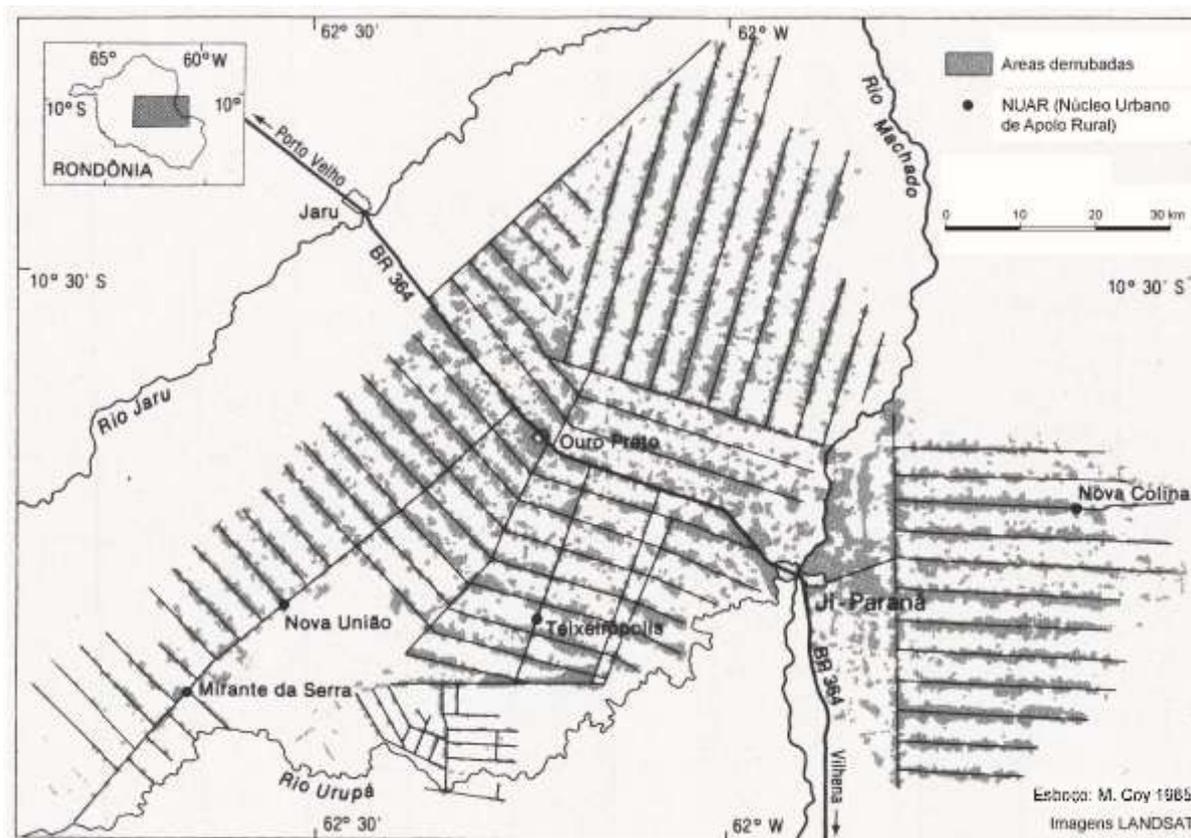
O antigo Ministro da Agricultura Paulinelli anunciou em 1974 que não teria sentido deixar a Amazônia nas mãos daqueles que não estariam em condição de explorar a Amazônia nem técnica, nem financeiramente (Gomes 1974).

Não obstante, nos anos de 1970, desenvolveu-se em Rondônia a colonização agrária estatal dirigida devido a forte migração do Paraná, de Minas Gerais e do Espírito Santo (Coy 1988). A população total de Rondônia que contava com 111.000 habitantes em 1970, atingiu em 1985 quase 1 milhão de habitantes. Primeiramente, os pequenos colonos recebiam do INCRA lotes de 100 ha, mais tarde de 50 ha. Até meados de 1985 foram assentadas 44.000 famílias sendo que devido a intensa migração para Rondônia mais de 25.000 famílias aguardavam atribuição de terras.

A colonização em Rondônia foi iniciada ao longo da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR-364), onde manchas limitadas da fértil terra roxa ofereciam condições naturais favoráveis, melhores do que na região de terra-firme na Amazônia Central. A colonização baseava-se na combinação de culturas anuais, sobretudo dos gêneros alimentícios básicos como o arroz, o feijão, o milho num sistema de rotação das terras – e das culturas permanentes como cacau e café (*coffea robusta*). Enquanto que os produtos alimentícios serviam principalmente a subsistência da população, as culturas permanentes, dependentes de créditos agrícolas, eram destinadas à comercialização.

O Programa POLONOROESTE, anunciado em 1981 e destinado ao desenvolvimento regional integrado foi financiado em um terço pelo Banco Mundial levando novos impulsos para a agricultura e para o desenvolvimento rural em Rondônia. Isto se refere principalmente ao conceito do desenvolvimento integrado do espaço rural, para a estratégia das necessidades básicas orientadas pelas novas diretrizes do Banco Mundial e para a maior participação dos pequenos colonos. De significância central foi a construção da BR-364 e uma rede de vias rurais secundárias, a consolidação de projetos de colonização já existentes e a implementação de novos projetos integrados, o fomento da produção agrária e sua comercialização como o melhoramento da infraestrutura rural e da prestação de serviços sociais (Kohlhepp & Coy 1985). Pela primeira vez e no âmbito da colonização agrária foram mencionados a proteção da população indígena, a proteção das florestas tropicais e do meio ambiente.

Figura 08. Colonização agrária em Rondônia 1983



Fonte: Coy 1988 p.218.

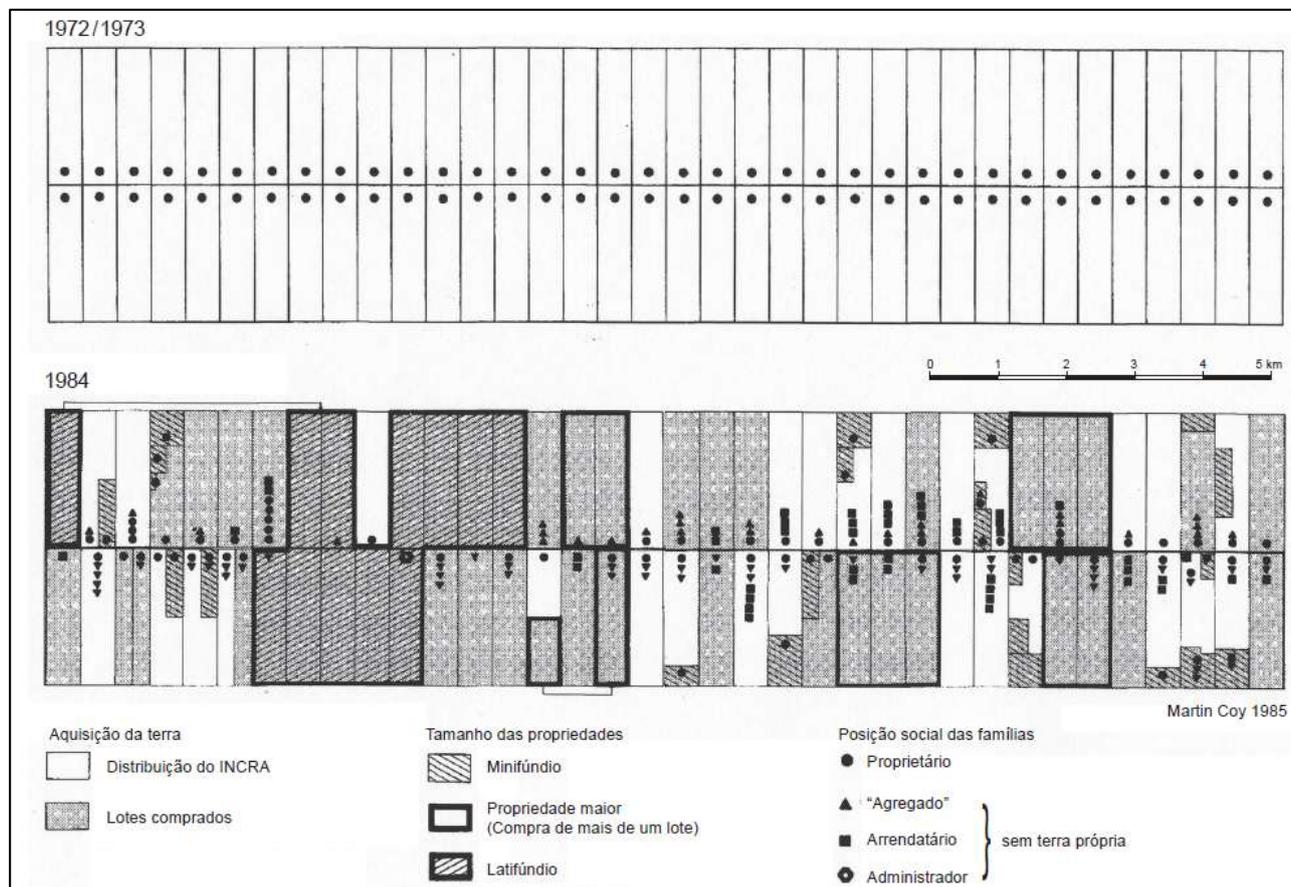
Em Rondônia, como já conhecido em outras frentes pioneiras, houve repetição da reprodução das estruturas agro-sociais das regiões de origem dos colonos. Alguns anos depois da concessão de terras já havia venda de inúmeros lotes ou mesmo parte destes provocando com isso uma considerável e rápida diferenciação social da situação dos proprietários. No exemplo de uma linha no projeto “Ouro Preto” nota-se que entre 1972/73 e 1984, isto é, depois de 12 anos, 61% dos proprietários iniciais tinham vendido seus lotes. Somente 18% dos assentados pelo INCRA ainda administravam um lote inteiro de 100 ha (Coy 1988). Paralelamente mostrou-se uma fragmentação de propriedade. Um terço dos proprietários de terras possuía menos do que 10 ha.

Por outro lado havia a tendência da concentração de terras pela compra de alguns lotes por um só comprador e com isso propriedades maiores e latifúndios. O objetivo destes compradores era a criação de gado (Kohlhepp/Coy 1985, Coy 1988, vide Figura 09).

As diferenças sociais dentro do grupo de compradores de terras eram marcantes. Enquanto que muitos só eram capazes de comprar parcelas pequenas demais para uma longa existência econômica havia entre os migrantes posteriores compradores de poder aquisitivo maior que ultrapassavam a fase da devastação e compravam terras prontas para o cultivo. Pouco a pouco

apareceram habitantes da classe alta das cidades pioneiras como compradores que viam na compra das terras uma aplicação de capital.

Figura 09. Diferenciação social de uma linha no PIC Ouro Preto em Rondônia



Fonte: Coy 1988 p.213.

A população sem terra própria também tinha participação na fragmentação social. Dois terços das famílias que viviam nos lotes da linha do projeto "Ouro Preto" nos anos de 1980 não possuíam terras, destes 36% eram arrendatários que trabalhavam nas culturas permanentes de outros proprietários. Os outros sem terras são agregados que viviam como parentes e conhecidos nos lotes dos colonos. Recebiam um pedaço de terra para uso próprio o que era compensado com trabalho para o proprietário (Coy 1988, Fig. 09).

Este desenvolvimento geral, mesmo num projeto modelo, levou à grande mobilidade espacial dos participantes para novas frentes pioneiras, sobretudo à atividades espontâneas de posse de terra. Os motivos para a grande emigração de proprietários de terras resultavam da falta de possibilidades de crédito, de colheitas fracas, endividamento e dependência de comerciantes intermediários na venda de produtos agrícolas. Outro aspecto era a resignação diante das difíceis condições de vida na frente pioneira, a forte difusão da malária como também a péssima condição da infraestrutura levando à

migração para as novas cidades onde o mercado de trabalho ainda era limitado na fase inicial havendo crescente instabilidade social.

Perto ao centro regional Ji-Paraná e do projeto central de “Ouro Preto” surgiram pequenos núcleos urbanos de apoio rural (NUAR) (Teixeirópolis, Nova Colina etc) (vide Fig. 08). O programa POLONOROESTE havia desistido de construir um sistema complexo e caro de locais centrais fracassado na Transamazônica.

A Fig. 08 mostra a devastação das florestas no projeto “Ouro Preto”, iniciada entre 1972 e 1976. No ano de 1983, 18% das propriedades já haviam devastado mais do que a metade de sua área cometendo assim infração contra a cláusula legal de conservação de reserva florestal de 50%. A pressão da população e a falta de atribuição de terras aumentaram rapidamente a devastação. Hoje pode se falar de devastação total em grande parte do projeto. Esta tendência abriu o caminho para as fazendas de gado.

Por motivos ecológicos, agro econômicos, estruturais e financeiros fracassaram as visões não realistas de uma colonização em massa com pequenos colonos na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema principal de quase todos os projetos de colonização agrária foram muitas visões e promessas exageradas das organizações estatais e privadas. Somente em poucos exemplos como no norte do Paraná com a CTNP conseguiu-se achar, na medida certa, compradores de terras alcançando assim uma sólida situação rural pela compra de terras com concessão de títulos de propriedade.

Na alocação estatal de lotes aos colonos sem terra própria, a escolha de colonos segundo critérios de conhecimentos agrários foi difícil e as condições para a obtenção de uso da terra bem sucedida dependia de situações incalculáveis. Por uma série de motivos, a mobilidade espacial nas frentes pioneiras era muito alta provocando instabilidade social e econômica.

A alternativa de uma colonização agrária em propriedade pequena nos campos brasileiros só foi bem sucedida em poucos casos. Para tal contribuíram conhecimentos agro técnicos, apoio financeiro por doadores de capital nacional e internacional e a sorte de áreas casualmente disponíveis. A valorização agro econômica dos campos da pecuária extensiva até o plantio da soja, milho, algodão e cana-de-açúcar de alto valor não deixava muita chance para os pequenos colonos levando a expulsá-los mais rapidamente.

No futuro, a colonização agrária não deveria mais ser realizada nas florestas tropicais da Amazônia. As restrições legais e os prejuízos ecológicos fundamentais da devastação, as medidas de

proteção para a população indígena e para a proteção das florestas tropicais não deveriam permitir nenhuma intervenção nos ecossistemas das florestas tropicais.

A consolidação de projetos existentes por instalação de cooperativas deveria estar no centro da agricultura de pequenos colonos. A intensiva dedicação de órgãos estatais para o fomento de pequenos produtores segue orientação correta dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no sentido de possibilitar a integração no circuito econômico e o desenvolvimento sustentável. Esta deveria ser a forma moderna e digna da colonização agrária.

REFERÊNCIAS

Achselrad H, Antonaz D, Baines SG, Birindelli JLO, Buckup PA, Castro E, Couto RCS, Cunha JMFL, Cunha MAF, Fearnside PM, Gorayeb I, Hernández FDM, Lima FCT, Magalhães AC, Magalhães SB, Marin RA, Medeiros HF, Mello CCA, Molina J, Ravena N, Santos GM, Silva JM, Sevá Filho AO, Sousa Júnior WC, Vainer CB, Zuanon JAS, colaboradores Hébette J et al. 1974. *A Amazônia no processo de integração nacional*. Col.Naea/Fipam, Belém.

Álbum 1960. *Álbum do 1º Centenário de Brusque*. Ed. da “Sociedade Amigos de Brusque”, Brusque.

Bernardes LM Cavalcanti 1953. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. *Rev.Bras.Geogr.*,18 (3), 333-384.

Bernardes N 1952. Expansão do povoamento do Estado do Paraná. *Rev.Bras.Geogr.*, 14 (4), 427-456.

Camargo JG da Cunha 1973. *Urbanismo rural*. INCRA, Brasília.

Coy M 1988. *Regionalentwicklung und regionale Entwicklungsplanung an der Peripherie in Amazonien (Desenvolvimento regional e planejamento do desenvolvimento regional na periferia da Amazônia)*. Ed. Inst.Geogr., Tübingen.

Dozier CL 1956. Northern Paraná, Brazil: An example of organized regional development. *Geogr.Rev.*, 46, 318-333.

Fearnside PhM 1984. Brazil's Amazon settlement schemes. Conflicting objectives and human carrying capacity. *Habitat International*, 8 (1), 45-61.

Gomes M 1974. Amazônia – Nordeste. Revendo a solução mágica. *Opinião*, Rio de Janeiro, 17/05/1974, 12-13.

IBRA (Inst. Bras. de Reforma Agrária) 1967. *Encontro sobre a ocupação do território*. Documento Básico, Rio de Janeiro.

INCRA 1972. *Projeto integrado de colonização. Altamira I*. INCRA, Brasília.

Kohlhepp G 1968. *Industriegeographie des nordöstlichen Santa Catarina (Geografia das indústrias do nordeste de Santa Catarina)*. Ed. Inst.Geogr., Heidelberg.

Gerd Kohlhepp

Kohlhepp G 1976. Planung und heutige Situation staatlicher kleinbäuerlicher Kolonisationsprojekte an der Transamazônica (Planejamento e situação atual dos projetos de colonização oficial de pequenas propriedades na Transamazônica). *Geogr.Z.*, 64 (3), 171-211.

Kohlhepp G 1979. Brasiliens problematische Antithese zur Agrarreform: Agrarkolonisation in Amazonien (A problemática antítese brasileira à reforma agrária: colonização agrária na Amazônia) In H Elsenhans (ed.). *Agrarreform in der Dritten Welt (Reforma agrária no Terceiro Mundo)*, Campus, Frankfurt, New York, p.471-504.

Kohlhepp G 2014/1975. *Colonização agrária no Norte do Paraná*. Ed. da Univ.Estadual de Maringá, Maringá. (Trad. do trabalho original: *Agrarkolonisation in Nord-Paraná*. Ed. Franz Steiner, Wiesbaden 1975).

Kohlhepp G, Coy M 1985. Conflicts of interest and regional development planning in colonizing the Brazilian Amazon: The case of Rondônia. In JMG Kleinpenning (ed.), *Competition for rural and urban space in Latin America*. Amsterdam, Nijmegen, p.61-75.

Maack R 1968. *Geografia física do Estado do Paraná*. UFPR, Curitiba.

Machado BP, Balhana AP 1963. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. *Bol.Univ.do Paraná*, Dep. de História, 3. Curitiba, p.1-52.

Monbeig P 1945. A zona pioneira do Norte do Paraná. *Bol.Geogr.*, 3(25):11-17.

Monbeig P 1952. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Colin, Paris.

Neiva AH 1947. Aspectos geográficos da imigração e colonização no Brasil. *Rev.Bras.Geogr.*, 9(2):245-270.

Pandolfo C 1974. *Estudos básicos para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento dos recursos florestais e de uso racional das terras da Amazônia*. SUDAM, Belém, 2ª.ed.

Petrone P 1957. No Rio Paraná, de Porto Epitácio a Guaíra. *Bol.Paul.Geogr.*, 27(1):55-94.

Roche J 1959. *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*. Travaux et Mémoires de l'IHEAL, III, Paris.

Waibel L 1949. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Rev.Bras.Geogr.*, 11(2): 160-222.

Waibel L 1955. A zonas pioneiras do Brasil. *Rev.Bras.Geogr.*, 17(4):389-422.

Willems E 1946. *A aculturação dos alemães no Brasil*. Brasiliana vol.250. São Paulo.

Types of planned agrarian colonization in Brazilian forests: Historical examples

ABSTRACT

Gerd Kohlhepp

About 200 years ago state or privately controlled agrarian colonization in South Brazil began with immigrants from Central and Southern Europe. As the Brazilian campos had been occupied by extensive cattle ranching of large landholders, forests were systematically cleared by peasants, the new rural social middle class. Three examples of the most different types of agrarian colonization are presented, colonization of European small farmers in South Brazil in the 19th century; colonization of a private English land company and its Brazilian successor, favoured by the coffee boom, with small and medium-sized holdings in Northern Paraná since the 1930s; and the state controlled projects of agrarian colonization within new Government strategies of regional integration of Amazonia in the 1970s. Colonization projects frequently show exaggerated promises and – with the exception of the well-organized development in Northern Paraná – unrealistic planning and insufficient execution of integrated measures to the disadvantage of small farmers. Consolidation of projects of family agriculture with Government support is of utmost importance for small peasant farming and the production of basic food to the benefit of Brazil.

Keywords: Agrarian Colonization; Family agriculture; Spatial and social mobility; South Brazil; Northern Paraná; Amazonia.

Data Submissão: 30/09/2015

Data Aceite:18/11/2015